

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CONCESSÃO DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF: um estudo de caso no Banco do Nordeste do Brasil do Piauí

Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal* e Jaira Maria Alcobaça Gomes**

Resumo: Os problemas socioambientais contemporâneos impeliram as organizações bancárias a adotar uma postura de responsabilidade socioambiental, por meio de critérios socioambientais no financiamento de projetos. O estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de Responsabilidade Socioambiental do BNB na concessão de crédito rural do PRONAF no Piauí e, especificamente, verificar, por meio da análise do total de operações e valores financiados pelo PRONAF se a sua operacionalização o reforça como uma prática de RSA; identificar práticas de RSA na metodologia utilizada pelo BNB na concessão do PRONAF; e apreender, junto à FETAG, sua percepção sobre as práticas do BNB na operacionalização do PRONAF. Para tanto, foram utilizados dados do BACEN e BNB, de 2002 a 2008, e realizadas entrevistas com representantes do BNB e FETAG. Os resultados demonstram que o BNB, no âmbito do Piauí, foi o maior agente financiador no PRONAF, apresentando maior número de contratações. O Agroamigo foi sua principal linha creditícia, seguido do PRONAF A e C.

Palavras-chaves: Responsabilidade Socioambiental. Agricultura Familiar. Crédito.

Abstract: The contemporary environmental problems propelled the banking organizations to adopt an attitude of environmental responsibility, through the improvement of social and environmental criteria in project financing. The study aims at analyzing the practices of the BNB Social and Environmental Responsibility in lending in rural PRONAF in Piauí and specifically, verify, through the analysis of total operations and amounts financed by PRONAF its operation reinforces it as RSA practices, identify practices in the methodology used by the BNB in granting PRONAF, and capture, with the FETAG, their perception of the practices of the BNB in operationalizing PRONAF. To this aim, we used data from Central Bank and BNB, from 2002 to 2008, and conducted interviews with representatives of the BNB and FETAG. The results demonstrate that the BNB under the Piauí was the largest funder in PRONAF, with higher number of contracts. The Agroamigo was its main credit line, followed Pronaf A and C.

Key words: Social and Environmental Responsibility. Family Agriculture. Credit.

1. Introdução

A complexidade dos problemas socioambientais mundiais contemporâneos, traduzidos na crescente desigualdade social e degradação ambiental, decorrente do modelo de desenvolvimento vigente, levou a sociedade civil a pressionar e cobrar do setor bancário programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Almeida (2007) salienta que, em resposta a essa nova realidade, nos últimos anos, empresas líderes de mercado adotaram uma série de medidas de Responsabilidade Socioambiental¹ contribuindo para o enfrentamento da questão.

No panorama apresentado, surgiram os seguintes questionamentos: o Banco atua com Responsabilidade Socioambiental na concessão de crédito do PRONAF? De que forma auxilia no alcance dos objetivos e metas do Programa? Tais

questionamentos motivaram a realização dessa pesquisa, cuja relevância justifica-se pela necessidade identificada de que os bancos assumam seu papel na construção da sustentabilidade, atuando como agentes de transformação social e indutores de mudanças, pela sua influência junto a tomadores e aplicadores de recursos para a adoção de posturas socioambientais.

A escolha do BNB como objeto de estudo foi motivada por tratar-se da principal instituição financiadora do desenvolvimento regional do Nordeste e por ter grande representatividade na região.

A opção pela análise da Responsabilidade Socioambiental direcionada ao crédito disponibilizado pelo BNB para o PRONAF no Piauí se deve à importância da agricultura familiar como

segmento estratégico da economia estadual, em razão de suas funções ambiental, social, econômica e de segurança alimentar.

O objetivo geral do presente estudo é analisar as práticas de RSA do BNB na concessão de crédito do PRONAF no Piauí e os objetivos específicos visam verificar, por meio da análise do total de operações e valores financiados pelo PRONAF no Piauí por suas diversas linhas, se a operacionalização do PRONAF reforça-o como uma prática de RSA; identificar práticas de RSA na metodologia utilizada pelo Banco na concessão do PRONAF; e apreender, junto à FETAG, sua percepção sobre as práticas do Banco na operacionalização do Programa.

2. Responsabilidade socioambiental em crédito

Discute-se, nesta seção, sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do meio rural e a contribuição do PRONAF como crédito fundamental de apoio a esse segmento da economia.

2.1 Pronaf: Crédito para o fortalecimento da agricultura familiar

De acordo com Schneider (2006), a modernização agrícola, instaurada até o início da década de 1990 do século XX, resultou tanto em incremento de produtividade, mas trouxe desequilíbrios sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Na busca de alternativas para reverter tais desequilíbrios, o Projeto de Cooperação Técnica FAO/Incrá, realizou estudo sobre o perfil socioeconômico da agricultura familiar brasileira utilizando dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 1995/1996, que deu origem ao relatório *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto*. (BRASIL, 2012). Seus resultados mostraram que a agricultura brasileira apresenta grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura entre as regiões e ainda dentro de cada região.

Tal realidade também foi constatada por Buainain; Sabatto e Guanziroli (2011), os quais afirmam que as duas características mais relevantes da agricultura familiar estão relacionadas à dispersão espacial e diferenciação socioeconômica, e influenciam diretamente no planejamento das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar.

Para Bianchini (2012), os resultados apresentados pela FAO/Incrá priorizam a essência do conceito de agricultura familiar adotado por pesquisadores no mundo todo ao longo dos tempos, a saber:

Predomínio do trabalho familiar no estabelecimento agropecuário, identificando uma correlação forte entre gestão, trabalho e posse total ou parcial dos meios de produção. A presença de sistemas de produção mais diversificados, de renda agrícola monetária, de autoconsumo, e a pluriatividade são características complementares à agricultura familiar. (BIANCHINI, 2012).

Mattei (2007) destaca que os estudos realizados pelo Projeto FAO/Incrá definiram com maior precisão a agricultura familiar e estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas direcionadas a esse segmento, servindo de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Em síntese, a partir de então, a categoria passou a ser melhor conhecida, o que subsidiou a posterior definição de políticas adequadas aos seus interesses e necessidades.

2.1.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar

Segundo Wanderley (2003), o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar foi formalmente elaborado tendo em vista o recente contexto social da agricultura e do meio rural da União Europeia e, particularmente, da França. Para a autora, é importante pensar como esse enfoque da agricultura pode ser incorporado às pesquisas sobre o Brasil de forma a melhor compreender a realidade brasileira, considerando suas particularidades.

Maluf (2003) destacou quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural; e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Confirma-se assim a concepção de que os agricultores assumem responsabilidades sociais que mereceriam o reconhecimento da sociedade. No Brasil, a legitimação da concepção de multifuncionalidade poderá auxiliar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade (WANDERLEY, 2003), o que levaria à valorização das funções não diretamente mercantis da atividade agrícola.

Wanderley (2003) e Maluf (2003) concordam

com o fato de que a agricultura familiar apresenta funções múltiplas que extrapolam a função comercial propriamente dita, o que auxilia na promoção do desenvolvimento sustentável.

2.1.2 Histórico, objetivos e regras do Pronaf

Consoante Souza e Caume (2008), até meados da década de 1990, o financiamento do pequeno produtor restringia-se quase que exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), cujo alcance era específico e limitado em função de atender somente aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Segundo as normas do Manual do Crédito Rural do Banco Central, os pequenos agricultores eram enquadrados como mini produtores que disputavam recursos com os grandes proprietários e principais tomadores de crédito agrícola.

No entanto, num contexto de pressões de movimentos sociais rurais, o governo federal instituiu o PRONAF em 24 de agosto de 1995, por meio da resolução nº 22.191, do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares. Segundo Schneider (2006), essa lei representou a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro.

Denardi (2001) afirma que o Pronaf se constituiu como a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, sendo conceituado pelo Banco Central como

O crédito rural que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entenda-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuárias aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010a).

Denardi (2001) concorda que o Pronaf tem permitido a socialização do acesso ao crédito de custeio para agricultores familiares. Porém, o crédito tradicional representa aumento quantitativo no acesso ao crédito, no entanto, não avança em termos qualitativos.

Essa mesma realidade foi constatada pelo IBASE (2010), ao afirmar que o Pronaf é predominantemente um crédito de custeio. Torna-se, pois, necessário priorizar o aumento da oferta de crédito de investimento para capitalizar a

agricultura familiar e fazê-la alcançar rentabilidade, sustentabilidade e competitividade, o que trará mais qualidade a esse crédito.

O Pronaf segundo Brasil (2010), obedece a novas regras desde 1º de julho de 2008 visando facilitar o acesso dos agricultores familiares ao Programa. Além das formas convencionais de crédito para as linhas A, A/C, B, C, Comum, que variam de acordo com o limite financiado e a taxa de juros praticada, o programa ainda dispõe de outras específicas.

Para dar cobertura à atividade, sujeita a imprevistos que podem inviabilizar a produção e a capacidade de pagamento do agricultor familiar, existe o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGROMAIS), e ainda o Programa Garantia de Safra que atendem a distintos públicos do Pronaf.

2.1.3 Microcrédito rural: Agroamigo como aperfeiçoamento do Pronaf B

O Pronaf B compreende o microcrédito rural destinado aos agricultores e trabalhadores rurais, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, parceiros, meeiros, posseiros, geralmente descapitalizados ou em processo de descapitalização, que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. (BRASIL, 2010).

De acordo com o BNB (2012), o Agroamigo foi criado em 2004, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como medida de aperfeiçoamento e simplificação do Pronaf B, como um programa de microcrédito produtivo orientado, pioneiro no Brasil, com o objetivo de melhorar o perfil socioeconômico do agricultor familiar na área de atuação do Banco.

Esse tipo de crédito não é uma ideia original, visto já existir desde os anos 1960. A diferença entre o Agroamigo e demais instituições que trabalham com microcrédito parece residir na atuação no próprio meio rural, dos agentes de crédito e técnicos agrícolas qualificados, que orientam os clientes no desenvolvimento dos pequenos negócios, identificando oportunidades e elaborando soluções claras e lógicas.

Para operacionalizar o Programa de crédito rural, o BNB firmou parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) que atua na mesma área geográfica do Banco e possui experiência anterior adquirida na operacionalização do Crediamigo, maior programa de microcrédito urbano orientado do BNB no Brasil.

Consoante o Manual para formação em microcrédito rural (INEC, 2009), essa parceria segue as orientações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) e estão em estreita consonância com o Manual de crédito rural.

Nessa parceria, o Instituto disponibiliza assessores de microcrédito rural para a execução das atividades de concessão de crédito, elaboração de cadastro de clientes, propostas, planos de negócios, acompanhamento e renovação de crédito. Paralelamente, as atividades referentes ao deferimento do processo de concessão de crédito, cadastramento, contabilização, liberação das parcelas realizadas diretamente aos clientes são de responsabilidade de cada Agência do Banco.

Segundo Alencar Júnior *et al.* (2009), nesse programa, o assessor de crédito deve residir, de preferência, próximo às comunidades locais e ter experiência na área rural, habilidades em comunicação, relações interpessoais e visão empreendedora. Para tanto, recebe capacitação a fim de assumir suas principais atribuições para reuniões com lideranças locais; identificação dos agricultores familiares na sua área de atuação; promoção de palestras informativas sobre o Programa; montagem de propostas de crédito; análise de projetos; e fornecimento de parecer técnico.

O Pronaf B diferencia-se do Agroamigo na medida em que aquele é uma conquista do movimento sindical e dos agricultores familiares, enquanto este é uma iniciativa do BNB. Ademais, o Pronaf B pode ser contratado pelos bancos públicos, o Agroamigo, no entanto, é operacionalizado apenas pelo BNB.

3. Metodologia

Na busca de respostas sobre a RSA do BNB na concessão de crédito do PRONAF no Piauí, o tipo de metodologia adotado foi o Estudo de Caso (GOLDEMBERG, 2001), realizado no BNB, banco múltiplo, que opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área básica de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país. Cabe-lhe a operacionalização de programas de forte cunho social, como o Pronaf e o Crediamigo.

A presente pesquisa foi realizada no Piauí, onde o BNB atende os 227 municípios do estado por meio de suas dezesseis agências distribuídas em

municípios estratégicos, a fim de possibilitar a cobertura total do Banco a todo o estado.

Para definição do objeto de estudo, foram feitas visitas à Superintendência do BNB em Teresina/Piauí, entre julho de 2008 a março de 2009. No mesmo período, também se fizeram contatos por *e-mail* e telefone com o gabinete da presidência do Banco, em Fortaleza/Ceará, a fim de definir o setor produtivo a ser analisado.

Na oportunidade, foi solicitado levantamento inicial do número de operações e valores financiados pelo BNB meio das diversas linhas do Pronaf (A, A/C, B, C, Comum, Agroindústria, Mulher, Jovem, Semiárido, Agrinif, Agroecologia, Floresta, Eco, Mais Alimentos).

3.1 Fonte das Informações

Para a consecução da pesquisa, o BNB disponibilizou relatórios detalhados das quantidades de contratações do Banco para o PRONAF no Piauí, de 2003 a 2008. Assim também com os dados referentes às contratações do Programa por linhas de crédito, no período de 2003 a 2007.

Os dados do crédito rural destinado ao Piauí foram obtidos no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, considerado o período de 2003 a 2008, em virtude de sua disponibilidade no *site* do Banco Central até esse último ano.

As práticas de RSA na metodologia utilizada pelo BNB na concessão de crédito do Pronaf foram identificadas por meio de fontes orais, com a realização de duas entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro com questões elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa. Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa não-probabilística ou intencional (SORIANO, 2004).

Foram realizadas entrevistas com o superintendente de Agricultura Familiar, Microfinanças Rurais e Crédito Fundiário do BNB em Fortaleza e com o secretário de Políticas Agrícolas da FETAG em Teresina, entidade representante dos agricultores familiares no Piauí. Coletaram-se informações relativas à inadimplência, emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e licenciamento ambiental, estrutura física e de pessoal, serviços financeiros adicionais, acompanhamento periódico dos financiamentos, assistência técnica e capacitação dos agricultores familiares, critérios, exigências e condições de financiamento do Pronaf, tempo de

liberação dos créditos e seguro da agricultura familiar.

3.2 Procedimentos de Análise

Para mensurar a atuação do Banco foi observada a participação do Pronaf na média das contratações totais do Banco, no Piauí, de 2003 a 2008.

Com vistas a destacar os indicadores econômicos do Pronaf, verificou-se a participação relativa do BNB no total de operações e valores financiados para o estado no período de 2003 a 2008. Observou-se ainda a média de financiamento concedido para o Pronaf e o setor rural por meio da análise do total de operações e valores financiados para os dois segmentos. Pela via da análise das variáveis por linhas de crédito, no período de 2003 a 2007, foram identificados os indicadores socioambientais do Pronaf.

O tratamento dos dados se deu por análise tabular. Para eliminar o viés causado pelo efeito inflacionário sobre os valores financiados ao longo do período em análise, fez-se a aplicação da correção monetária transformando-se os valores nominais em valores reais. Para tanto, foi utilizado o Índice Geral de Preços "Disponibilidade Interna (IGP"DI), disponibilizado pelo IPEADATA (2011).

Nas entrevistas realizadas junto ao BNB e à FETAG, foi utilizada a análise de conteúdo (MINAYO, 1994).

4. A Responsabilidade socioambiental do BNB

Nessa seção, são apresentados os resultados sobre a atuação do BNB no âmbito da RSA em crédito, analisando-se-lhe os indicadores econômicos e socioambientais do PRONAF operacionalizado pelo Banco no Estado.

4.1 Indicadores Econômicos do Pronaf no Piauí

Para mensurar a importância do Pronaf sobre o total do crédito ofertado pelo Banco, mostra-se, na Tabela 1, o comparativo entre o valor médio concedido pelo BNB ao PRONAF e aos outros setores produtivos (comércio/serviços, indústria, rural), no período de 2002 a 2008.

De 2002 a 2008, o número de operações de crédito do BNB no Piauí cresceu em média 24,0% ao ano. A taxa de crescimento médio anual do PRONAF foi de 14,5% ao ano, enquanto as demais contratações ficaram em torno de 26,6%. Em relação ao montante total financiado, foi observado crescimento médio anual de 36,3% no valor das operações do BNB. Novamente, foi observado

crescimento abaixo da média geral para o montante destinado ao PRONAF (23,5% ao ano), ao passo que as demais contratações apresentaram crescimento acima da média geral (38,3% ao ano).

Para identificar a representatividade do BNB no volume de crédito destinado pelo PRONAF para o Piauí, foi elaborada a Tabelas 2 destacando o total de contratações do Programa direcionadas a todo o estado em paralelo ao total de operações e valores financiados pelo BNB no período de 2003 a 2008.

No período de 2003 a 2008, o número de operações de crédito do Pronaf no Piauí cresceu em média 13,3% ao ano. O Pronaf operacionalizado pelo BNB cresceu em média 7,1% ao ano, enquanto aquele operacionalizado pelos demais bancos evoluiu 19,4% ao ano. Em termos do montante total financiado, foi observado crescimento médio anual de 9,1% no valor das operações do BNB, crescimento acima da média geral de 7,4% ao ano. As operações do Pronaf feitas pelos outros bancos apresentaram crescimento anual médio de 19,0%. Esses números demonstram que o BNB ficou abaixo da média de crescimento anual quanto ao número de operações (7,1%) e acima da média de crescimento anual quanto ao montante total financiado (9,1%) em relação às demais instituições financiadoras do Pronaf no Estado.

Ressalte-se o fato de que o período de 2003 a 2006 corresponde ao primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto o período de 2007 a 2010, ao segundo. No primeiro período, os recursos destinados ao Pronaf foram crescentes, enquanto, no segundo, foram decrescentes, indicando uma mudança de rumos para as políticas de financiamento da agricultura familiar.

Na estrutura interna do BNB, o Pronaf é administrado pelo setor denominado Ambiente de Agricultura Familiar, Crédito Fundiário e Microfinanças Rurais, que, no Piauí, em 2010, contava com 15 gerentes e 65 técnicos agrícolas qualificados, a fim de atender com qualidade as necessidades de sua clientela e do Programa.

A assessoria técnica do Agroamigo orienta os agricultores familiares sobre educação financeira, importância da poupança e controle de fluxo de caixa em face das obrigações assumidas e ao elaborar plano de negócios do agricultor familiar considera o comprometimento anual da sua receita em até 60%.

Tabela 1 - Número de operações contratadas e valores financiados¹ (em R\$ Mil de 2008) pelo BNB no Estado do Piauí, segundo a origem dos recursos do Pronaf e demais linhas de crédito para outros setores produtivos, no período de 2002 a 2008

| Ano | Crédito Total Pronaf | | | Crédito para Outros setores produtivos | | | Crédito Total BNB | | |
|------|----------------------|-----------------------|-------------------|--|-----------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Operações | Valor total (R\$ mil) | Valor médio (R\$) | Operações | Valor total (R\$ mil) | Valor médio (R\$) | Operações | Valor total (R\$ mil) | Valor médio (R\$) |
| 2002 | 15.460 | 20.851 | 1.349 | 36.557 | 85.696 | 2.344 | 52.017 | 106.548 | 2.048 |
| 2003 | 16.576 | 40.265 | 2.429 | 43.257 | 105.593 | 2.441 | 59.833 | 145.858 | 2.438 |
| 2004 | 40.775 | 90.469 | 2.219 | 49.410 | 427.155 | 8.645 | 90.185 | 517.624 | 5.740 |
| 2005 | 50.725 | 127.431 | 2.512 | 62.228 | 268.859 | 4.321 | 112.953 | 397.069 | 3.515 |
| 2006 | 67.789 | 156.529 | 2.309 | 79.438 | 381.959 | 4.808 | 147.227 | 538.488 | 3.658 |
| 2007 | 42.939 | 116.157 | 2.705 | 108.082 | 418.662 | 3.874 | 151.021 | 534.819 | 3.541 |
| 2008 | 24.508 | 61.268 | 2.500 | 153.274 | 734.483 | 4.792 | 177.782 | 795.751 | 4.476 |

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2008); IPEADATA (2011).

Notas: 1. Valores nominais deflacionados pelo (IGP-DI). – (% a.a) – Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica – IGP (FGV/Conj. Econ. – IGP) – IGP_IGPDIG (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)). Obs.: compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência. Reflete a evolução dos preços captada pelo Índice de Preços por Atacado (Ipea), Índice de Preços ao Consumidor (IPC- FGV) e Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC).

Tabela 2 - Número de Operações Contratadas e Valores Financiados¹ (em R\$ mil de 2008) pelo Pronaf para o Estado do Piauí, no período de 2003 a 2008

| Ano | Total Pronaf Piauí | | Pronaf BNB | | Pronaf Piauí - Outros | |
|------|--------------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| | Operações | Valor (R\$ mil) | Operações | Valor (R\$ mil) | Operações | Valor (R\$ mil) |
| 2003 | 33.917 | 65.940 | 16.576 | 40.265 | 17.341 | 25.675 |
| 2004 | 69.321 | 92.110 | 40.775 | 90.469 | 28.546 | 1.641 |
| 2005 | 180.688 | 210.226 | 50.725 | 127.431 | 129.963 | 82.795 |
| 2006 | 186.170 | 188.819 | 67.789 | 156.529 | 118.381 | 32.290 |
| 2007 | 102.547 | 129.905 | 42.939 | 116.157 | 59.608 | 13.748 |
| 2008 | 63.871 | 90.457 | 24.508 | 61.268 | 39.363 | 29.189 |

Fonte: Banco do Nordeste (2008); Banco Central do Brasil (2010c) e IPEADATA (2011).

Notas: 1. Valores nominais deflacionados pelo (IGP-DI). – (% a.a) – Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica – IGP (FGV/Conj. Econ. – IGP) – IGP_IGPDIG (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)). Obs.: compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência. Reflete a evolução dos preços captada pelo Índice de Preços por Atacado (Ipea), Índice de Preços ao Consumidor (IPC- FGV) e Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC).

Para o Secretário de Políticas Agrícolas da FETAG, a agricultura familiar se baseia no tripé crédito, trabalho e assistência técnica. No seu entendimento, o secretário considera que o Banco tem dado mais ênfase ao acompanhamento da execução do crédito que à assistência técnica propriamente dita, não conseguindo ainda atender as necessidades do agricultor familiar.

Para o êxito do Programa, o superintendente de Agricultura Familiar, Crédito Fundiário e Microfinanças Rurais do BNB destaca que o monitoramento periódico da carteira de crédito é feito pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), com a elaboração semestral de relatórios analíticos sobre quantidade de operações por municípios, subprogramas e atividades produtivas, com periodicidade diária, semanal, quinzenal ou mensal. Também se realizam pesquisas específicas, sempre que necessário, para aferir o alcance dos

objetivos e metas sociais e os impactos socioeconômicos do PRONAF. No entanto, tais relatórios de acompanhamento não foram disponibilizados para esta pesquisa, o que limitou o estudo.

Esse acompanhamento objetiva controlar os indicadores de desempenho do Programa, cumprimento de metas globais e individuais de aplicação, adimplência, custos e produtividade, para garantir a qualidade das ações e dos efetivos resultados. Para o monitoramento dos investimentos concedidos, é selecionada uma amostra de 30% dos beneficiários, pelo que se acompanha a execução dos créditos e se evitam desvios de aplicação dos recursos. A Central de Operações (CENOP) também participa desse processo, fazendo vistorias em 10% dos assentamentos e fiscalizando as ocorrências de denúncia por supostas irregularidades.

Nos depoimentos do secretário de Políticas Agrícolas da FETAG, a inadimplência é apontada como um problema na concessão de crédito do PRONAF no estado, cujos números podem ser visualizados pela Tabela 3.

Os números apresentados na Tabela 3 apontam que, em setembro de 2009, o PRONAF apresentou índice médio de inadimplência de 14,4%, sendo que o Agroamigo (38,4%), PRONAF A/C (28,8%) e PRONAF E (19,7%) tiveram os maiores índices de inadimplência, enquanto as demais linhas mantiveram um grau de inadimplência dentro da faixa limite aceitável pelo BNB, em torno de 6%. Nesse sentido, o MDA possui um mecanismo de controle de inadimplência para o município que ultrapassar 10%, quando, então, os financiamentos são suspensos até a regularização desse nível.

Sob o ponto de vista do secretário de Políticas Agrícolas da FETAG, a principal causa da inadimplência é o desvio de finalidade e a aplicação indevida do crédito por falta de acompanhamento, orientação e assistência técnica. Segundo ele,

existe uma insatisfação da categoria pela demora na liberação dos financiamentos do Agroamigo, advertindo que o Banco não tem atendido de pronto a essas demandas, em razão de a quantidade de propostas elaboradas superar a sua capacidade de atendimento.

A destinação de recursos, pelo BNB, para o PRONAF e o setor rural foi outro fator avaliado em nosso estudo. (Tabelas 4). O PRONAF teve, em 2004, 2007 e 2008, menor volume de recursos, enquanto se viu mais bem aquinhado em 2005 e 2006, ao passo que, em 2003, os dois setores receberam o mesmo montante. Em todo o período analisado, o PRONAF excedeu o setor rural na quantidade de operações contratadas, demonstrando a sua característica de microcrédito.

Após a análise dos dados da Tabela 4, em relação ao montante total financiado, foi observado crescimento médio anual de 20,6% no valor das operações do BNB. O setor que proporcionou maior taxa de crescimento para os recursos foi o rural (26,7% ao ano), enquanto o PRONAF apresentou

Tabela 3 – Adimplência e Inadimplência da Carteira de Crédito do Pronaf por Linhas e Geral (em R\$ Mil de 2009) Posição Setembro/2009

| Grupo | Total | | Nr. Operações | | Saldo | | Adim plência | Inadim plência |
|--------------------|----------------|-------------------|---------------|------------------|----------------------|-------------------|--------------|----------------|
| | Nr. Operações | Saldo Total | Atraso | Saldo Atraso | Nr. Operações Normal | Saldo Normal | | |
| Agroindústria | 20 | 237,62 | 3 | 7,8 | 17 | 228,82 | 96,7 | 3,3 |
| Jovem | 37 | 216,8 | - | - | 37 | 216,8 | - | - |
| Mulher | 2 018 | 10 186,28 | 315 | 302,19 | 1 703 | 9 884,09 | 97,0 | 3,0 |
| A | 11 193 | 135 696,59 | 3 678 | 8 090,19 | 7 515 | 127 606,40 | 94,0 | 6,0 |
| A/C | 2 436 | 6 221,70 | 1 226 | 1 790,24 | 1 210 | 4 431,45 | 71,2 | 28,8 |
| Agroamigo | 85 482 | 103 535,65 | 28 571 | 39 729,71 | 56 911 | 63 805,94 | 61,6 | 38,4 |
| C | 17 087 | 92 721,32 | 4 240 | 4 677,15 | 12 847 | 88 044,17 | 95,0 | 5,0 |
| Comum | 617 | 4 710,56 | 4 | 15,01 | 613 | 4 695,55 | 99,7 | 0,3 |
| D | 4 019 | 43 977,89 | 1 946 | 4 088,63 | 2 073 | 39 889,26 | 90,7 | 9,3 |
| E | 19 | 437,22 | 13 | 85,97 | 6 | 351,25 | 80,3 | 19,7 |
| Emergencial | 6 | 11,39 | - | - | 6 | 11,39 | - | - |
| Mais Alimento | 69 | 1 036,57 | - | - | 69 | 1 036,57 | - | - |
| Sem Grupo | 255 | 2 036,57 | 84 | 189,91 | 171 | 1 846,66 | 90,7 | 9,3 |
| Semiárido | 1 962 | 10 358,49 | 176 | 143,96 | 1 786 | 10 214,53 | 98,6 | 1,4 |
| Total Geral | 125 220 | 411 383,65 | 40 256 | 59 120,78 | 84 964 | 352 262,87 | 85,6 | 14,4 |

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A (2009).

Nota: 1. Sinal Convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não-resultante de arredondamento.

Tabela 4 - Total de Operações Contratadas e Valores Financiados¹ (em R\$ Mil de 2008) pelo BNB para o PRONAF e setor Rural, no período de 2003 a 2008

| Ano | BNB TOTAL | | PRONAF BNB | | RURAL BNB | |
|------|-----------|-----------------|------------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Operações | Valor (R\$ mil) | Operações | Valor (R\$ mil) | Operações | Valor (R\$ mil) |
| 2003 | 18.250 | 81.301 | 16.576 | 40.265 | 1.674 | 41.036 |
| 2004 | 41.549 | 215.080 | 40.775 | 90.469 | 774 | 124.611 |
| 2005 | 51.540 | 233.860 | 50.725 | 127.431 | 815 | 106.429 |
| 2006 | 68.770 | 250.999 | 67.789 | 156.529 | 981 | 94.470 |
| 2007 | 43.896 | 252.712 | 42.939 | 116.157 | 957 | 136.555 |
| 2008 | 26.010 | 269.587 | 24.508 | 61.268 | 1.502 | 208.319 |

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2008); IPEADATA (2011).

Notas: 1. Valores nominais deflacionados pelo (IGP-DI). - (% a.a) - Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP) - IGP_IGPDIG (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)). Obs.: compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência. Reflete a evolução dos preços captada pelo Índice de Preços por Atacado (Ipea), Índice de Preços ao Consumidor (IPC- FGV) e Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC).

taxa de crescimento de 9,1% ao ano, abaixo da média geral para o montante total destinado ao setor agrícola.

O número de operações de crédito do BNB cresceu em média 6,6% ao ano. Este crescimento foi puxado pelo Pronaf (7,1% ao ano). O setor rural obteve crescimento médio anual abaixo da média geral (apenas 0,8% ao ano).

Em 2008, a média de financiamento do Pronaf foi de R\$ 2.108,74 e o setor rural, de R\$ 116.993,56. Enquanto o Pronaf resultou mais significativo no total de operações (94,2%), o setor rural recebeu o maior volume de crédito (77,3%).

4.2 Indicadores Socioambientais do PRONAF no Piauí

Com base nos dados disponibilizados pelo BNB, restritos ao Piauí, referentes aos valores financiados por linhas do Pronaf, procedeu-se à análise do desempenho socioambiental do Programa no período de 2003 a 2007. (Tabela 5).

As 14 atuais linhas do Pronaf objetivam atender necessidades específicas do agricultor familiar. Na análise feita no presente estudo não constam contratações das linhas Agroecologia, Floresta, Eco e Mais Alimentos, criadas posteriormente ao período analisado.

A análise socioambiental sofreu limitações em razão do não acesso aos dados referentes às contratações do Pronaf pelo BNB por linhas para o Nordeste e Brasil, bem como por não estarem disponíveis tais variáveis no banco de dados do MDA e do BACEN. Sendo assim, tomando por base os dados da Tabela 5, fazemos as seguintes inferências:

i. o **Agroamigo** é uma linha indutora de sustentabilidade por viabilizar o acesso ao crédito,

à inclusão bancária e social de parcela mais pobre da população rural, os agricultores e trabalhadores rurais, parceiros, meeiros e posseiros. Constitui-se na principal linha creditícia do Pronaf e, quanto ao montante financiado, apresentou média de crescimento de 48,4% no período de 2003 a 2007;

ii. considerado uma linha socioambiental por apoiar a fixação do agricultor no campo e possibilitar a geração de emprego e renda, o **Pronaf A** apontou crescimento médio de 29,0% no período de 2003 a 2007;

iii. o **Pronaf A/C**, como crédito de custeio para os assentados da reforma agrária, sinalizou crescimento médio de 61,3% dos recursos no período analisado;

iv. o **Pronaf C** apresentou aumento de 85,6% nos valores das contratações realizadas de 2003 a 2007 para os agricultores familiares, sendo uma importante linha de crédito de custeio, modalidade que, a partir de 2008, passou a englobar as linhas D e E, que incidiram acréscimo dos financiamentos em 48,5% e 58,8%, respectivamente.

v. linha fundamental para a região do Semiárido, que se configura como indicador de sustentabilidade ambiental, o **Pronaf Semiárido** cresceu em média 47,2%, entre 2003 e 2007, sobre o total dos valores financiados;

vi. o **Pronaf Mulher** teve 47,3% de aumento no volume total dos recursos, traduzindo-se em forte indicador de sustentabilidade social por gerar empoderamento feminino. Pela sua importância, necessita de maior volume de contratações, a fim de efetivar seu objetivo socioambiental;

vii. foi observado crescimento médio de 57,8% quanto ao volume dos créditos concedidos pelo **Pronaf AI** (Agroindústria) no período de 2003 a

Tabela 5 - Total de valores financiados¹ (em R\$ Mil de 2007) pelo Pronaf por linhas de crédito, no período de 2003 a 2007

| Ano | Total | Agroamigo | A | C | Semiárido | D | Mulher | A/C | E | AI | Jovem | Agrinf |
|------|---------|-----------|--------|--------|-----------|-------|--------|-------|-----|----|-------|--------|
| 2003 | 36.906 | 16.432 | 16.664 | 2.840 | - | 652 | - | 318 | - | - | - | - |
| 2004 | 82.923 | 41.330 | 32.129 | 5.643 | - | 2.048 | - | 1.773 | - | - | - | - |
| 2005 | 116.802 | 48.049 | 34.068 | 21.880 | 3.569 | 4.226 | 2.938 | 1.749 | 193 | 73 | 57 | - |
| 2006 | 143.472 | 65.207 | 19.656 | 36.461 | 10.547 | 4.690 | 4.724 | 1.768 | 268 | 81 | 54 | 16 |
| 2007 | 106.470 | 49.296 | 25.219 | 21.194 | 3.913 | 2.439 | 2.457 | 1.496 | 312 | 98 | 46 | - |

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2007); IPEADATA (2011).

Notas: 1. Valores nominais deflacionados pelo (IGP-DI). - (% a.a) - Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP) - IGP_JGPDIG (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)). Obs.: compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência. Reflete a evolução dos preços captada pelo Índice de Preços por Atacado (Ipea), Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FGV) e Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC).

2. Sinal Convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não-resultante de arredondamento.

2007, programa este fundamental para que os agricultores familiares possam valorizar seus produtos e a eles agregarem valor;

viii. o **Pronaf Jovem** sinalizou crescimento médio de 96,9% nos financiamentos. Essa linha tem sua contratação vinculada à formação técnica na área agropecuária, com pré-requisitos para que o público jovem tenha o acesso a esse crédito, não atingindo os objetivos a que se propõe;

ix. o **Pronaf Agrinf** apontou poucas contratações, apenas em 2006, demonstrando ínfima articulação dos créditos para os agricultores familiares por via de cooperativas agrícolas.

Em termos de volume de operações contratadas e valores financiados, observa-se que o **Agroamigo**, o **Pronaf A e C** destacaram-se. Nesse sentido, o microcrédito rural se configura como a principal linha de crédito do PRONAF, seguido do PRONAF C e do PRONAF A, demonstrando que o maior volume de contratação dessas linhas revela maior atuação do PRONAF na área socioeconômica.

O desempenho das linhas A/C, Semiárido e Mulher, não menos importantes, tiveram menor volume de crédito para projetos ambientais e sociais femininos. Verifica-se, portanto, a necessidade de aumento do nível de contratações desses subprogramas, a fim de que atenda à suas finalidades sociais e ambientais.

As linhas E, AI, AGRINF e Jovem contaram com representatividade mínima, com volume incipiente de contratações e pouco contribuíram para o atendimento dos objetivos propostos.

5. Conclusão

O Pronaf se configura como uma prática de RSA direcionada aos agricultores familiares, visto que, em sua atuação, o Banco considerou objetivos e metas socioambientais que visam promover a inclusão bancária e social do agricultor familiar, sua inserção produtiva no mercado local, a fim de fomentar o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria na sua qualidade de vida. Em síntese, por meio dos indicadores econômicos do Pronaf no Piauí, de 2003 a 2007, identificamos o BNB como o maior agente financiador do estado, sendo constatado que o Programa foi responsável pelo maior número de crédito pulverizado do BNB.

Os indicadores socioeconômicos evidenciaram que as linhas que tiveram maior crescimento, no período de 2003 a 2007, foram o Pronaf Jovem, Pronaf C, Pronaf A/C, seguidas do Pronaf E,

Pronaf A/I, Pronaf D, Agroamigo, Pronaf Mulher, Pronaf Semiárido e Pronaf A.

Quanto ao volume de recursos financiados, tais indicadores socioeconômicos evidenciaram ainda que o microcrédito rural, ou melhor, o Agroamigo se configura como a principal linha de crédito do Banco, cujas contratações se destinam ao crédito para agricultores familiares em geral e assentados da reforma agrária, respectivamente. Por meio dessas linhas de crédito e microcrédito, o BNB contribuiu para que o Programa atingisse os seus objetivos socioeconômicos.

A linha Semiárido, por ser a única com foco ambiental, necessita incremento no volume de financiamento, assim como o Pronaf A/C, o Pronaf Mulher e Pronaf D. Já as linhas E e AI, AGRINF e Jovem apresentaram uma dimensão socioeconômica considerada incipiente.

A pesquisa apontou dificuldades relativas à inadimplência, confirmada por meio dos dados apresentados pelo BNB relativos a setembro de 2009, causada, no entendimento do secretário de Políticas Agrícolas da FETAG pelo desvio de finalidade e a aplicação indevida do crédito em razão de falta de acompanhamento, orientação e assistência técnica. Esse indicador é acompanhado pelo BNB, que tem como limite de inadimplência, no máximo 6% e, por ele, administra suas contratações e renegociações, enquanto o MDA possui um mecanismo de controle de inadimplência para o município que ultrapassar 10%, com suspensão dos financiamentos até a regularização desse nível.

Quanto à estrutura física há um número ainda insuficiente de agências para facilitar o acesso dos agricultores familiares do estado à instituição financeira e, no que concerne à assistência técnica, o BNB deu maior ênfase ao acompanhamento na execução do crédito e, por essa razão, não atingiu a expectativa do agricultor familiar nesse quesito. Isto igualmente quanto à demora na liberação dos créditos, o que gera insatisfação da categoria em razão da quantidade de propostas elaboradas superior à capacidade de atendimento do Banco, resultando em fila de espera por não se dar vazão aos pedidos.

Mesmo com as dificuldades identificadas, a implantação e operacionalização do PRONAF estão contribuindo para a indução do desenvolvimento rural sustentável, colaborando diretamente para as inclusões bancária e social do agricultor familiar e indiretamente para a geração de

emprego e renda no campo. Nesse sentido, conclui-se que o BNB tem desenvolvido práticas de RSA gerais, além de práticas específicas, com a sua postura na operacionalização do Pronaf, reforçada pelo Agroamigo ●

Notas:

¹ Optamos por utilizar a expressão “Responsabilidade Socioambiental” em vez de “Responsabilidade Social” por ser mais abrangente, incorporando os aspectos sociais e ambientais e, principalmente, por ser o termo adotado pelo Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental.

² Sobre a autonomia do BNB e sua participação no processo de decisão sobre a destinação dos recursos para o PRONAF ou para outras finalidades, torna-se necessário esclarecer que o montante dos recursos destinados ao PRONAF tem origem dispersa e segue um complexo fluxo de decisões sob a responsabilidade do governo federal. Portanto, o BNB possui autonomia para agregar recursos ao PRONAF, mas pode sofrer restrições dadas pela política agrícola do governo federal

Referências:

- ALENCAR JR, J. et al. O impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no Estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n.3, p. 559-583, jul./set. 2009.
- ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- _____. **Manual do crédito rural 547**: capítulo 10: seção 1: o que é o Pronaf. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2010d.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural 547**: capítulo 10: seção 1: o que é o Pronaf. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar.2010a.
- _____. **Anuário estatístico de crédito rural: 2003-2008**. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 mar.2010c.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa Agroamigo**. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- _____. Superintendência de Agricultura Familiar e Microcrédito Rural. **Relatório de Número de Operações e Valores Contratados pelo PRONAF no BNB de 2002 a 2008**. Teresina. 2008.
- _____. Superintendência de Agricultura Familiar e Microcrédito Rural. **Relatório de Inadimplência do PRONAF – Setembro de 2009**. Teresina. 2009.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 2 maio 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/899430>>. Acesso em: 2 maio 2012.
- BRASIL. Secretaria de Agricultura Familiar. **Novas regras do PRONAF**. Brasília, DF, [20—]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 25 mar. 2010.
- BUAINAIN, A.; SABATTO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/090437.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2012.
- DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-62, jul./set.2001.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- INSTITUTO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Relatório PRONAF: etapa Paraná**. [S.l.],2006. Disponível em:<<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 15 mar. 2010b.
- INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA (INEC). **Manual para formação em microcrédito rural**: Programa de Microcrédito Rural/BNB/Instituto Nordeste Cidadania. Fortaleza, 2009.
- IPEADATA. **Índice Geral de Preços”Disponibilidade Interna (IGP-DI) 2002-2003**. [S.l.], [20—]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 25 maio 2011.
- MALUF, R. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M.; MALUF, R. (Org.).**Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**,Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, jan./mar. 2007.
- MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno. In: FROEHLISH, J.; DIESEL, V. (Org.).**Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SORIANO, R. **Manual de pesquisa social**. Tradução Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUZA, C.; CAUME, D. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008.
- WANDERLEY, M.; Prefácio. In: CARNEIRO, M.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

* Administradora. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI/PRODEMA/TROPEN. Professora do Curso de Administração do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) – Florianópolis/PI

** Economista. Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ. Professora do PRODEMA/TROPEN e do DECON da UFPI.